

SALUS INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA S.A.

CNPJ/MF 15.494.541/0001-90
Relatório da Administração

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026. SALUS INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA S.A. 2025 - 4º Trimestre. A Salus Infraestrutura Portuária S.A. ("Companhia"), constituída em 27 de março de 2012 é uma Sociedade anônima, listada na categoria "B", registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia tem por objeto social a implementação de projeto de investimento na área de infraestrutura portuária, qual seja a execução, por si ou por terceiros, da dragagem e manutenção do Canal de Piaçaguera, no município de Cubatão, Estado de São Paulo, assim como a condução de todas as demais atividades necessárias à consecução desse projeto, relacionado atualmente a um único cliente. Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, contratou a RSM Brasil Auditores Independentes Ltda. somente para a prestação de serviços de revisão das informações trimestrais e auditoria das demonstrações contábeis anuais, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço à Companhia. A Administração,

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais - R\$)			
ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	9	14
Aplicações financeiras	4	-	23.329
Impostos a recuperar	5	-	4.847
Total do ativo circulante		9	28.190
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	4	25.597	-
Impostos a recuperar	5	5.077	-
Imposto diferido	16	1.246	-
Total do ativo não circulante		31.920	
Total do ativo		31.929	28.190

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Reserva legal	Prejuízos/Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	20.512	-	(3.021)	17.491
Lucro do exercício	-	-	10.487	10.487
Distribuição de dividendos	-	-	(71)	(71)
Reserva legal	-	373	(373)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20.512	373	7.022	27.907
Lucro do exercício	-	-	15	15
Constituição da reserva legal	-	1	(1)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	20.512	374	7.036	27.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: A Salus Infraestrutura Portuária S.A. ("Companhia"), constituída em 27 de março de 2012 é uma Sociedade anônima. A Companhia tem por objeto social a implementação de projeto de investimento na área de infraestrutura portuária, qual seja a execução, por si ou por terceiros, da dragagem e manutenção do Canal de Piaçaguera, no município de Cubatão, Estado de São Paulo, assim como a condução de todas as demais atividades necessárias à consecução desse projeto, relacionado a um único cliente. No exercício de 2015, a Companhia iniciou suas operações mediante o desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção do Canal Piaçaguera, no município de Cubatão, Estado de São Paulo. Em 1º de outubro de 2016, houve o início da segunda fase da dragagem. **1.1. Continuidade das Operações:** Em 29 de dezembro de 2017, a Companhia obteve do cliente o termo de aceite definitivo das obras executadas, formalizando a conclusão contratual dos serviços prestados pelos fornecedores contratados. Em 16 de fevereiro de 2018, foi emitida a correspondente comunicação formal acerca do encerramento das referidas obras e da plena quitação dos serviços executados. Posteriormente, em meados de setembro de 2024, ocorreu a liquidação financeira das tarifas cobradas das embarcações que transitavam pelo Canal de Piaçaguera, evento que ensejou a paralisação integral das atividades operacionais relacionadas a esse contrato. Na data-base destas demonstrações contábeis, a Companhia não mantém operações ativas relacionadas ao referido contrato. A Administração encontra-se avaliando alternativas estratégicas e oportunidades de novos negócios, incluindo (i) a realização de novos investimentos e/ou (ii) a eventual manutenção ou renegociação contratual para viabilizar a retomada da prestação de serviços. Até o momento, não há definição formal quanto à retomada das operações ou à implementação de novos projetos. As presentes demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade operacional, uma vez que a Administração entende que existem alternativas viáveis para a manutenção das atividades da Companhia no curso normal dos negócios. **1.2. Pedido de baixa do registro perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM:** Em 7 de novembro de 2025, a Companhia protocolou pedido de cancelamento de seu registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), passando, a partir dessa data, a não mais se sujeitar às disposições aplicáveis às companhias reguladas por esse órgão.

2. Principais práticas contábeis - 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Sociedade foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia no Brasil. Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações contábeis. As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando a continuidade das operações e as avaliações realizadas pela Administração até a data de sua aprovação. **2.2. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fornecedores e dividendos a pagar. Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao: **• Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto; **• Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto; **• Valor Justo por Meio do Resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo. A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os

montantes em conta corrente bancária e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação e com risco insignificante de mudança do valor justo. **2.4. Aplicações financeiras:** A Companhia possui aplicações financeiras em fundos de investimento aberto. As aplicações são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **2.5. Resultado líquido básico por ação:** Calculado dividindo-se o lucro (prejuízo) líquido do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período. Não há instrumentos financeiros, que possam ser conversíveis, em ação, não afetando o lucro diluído por ação. **2.6. Demonstração do valor adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado.

	31/12/2025	31/12/2024
3. Caixa e equivalentes de caixa		
Bancos	9	14
Total	9	14
4. Aplicações financeiras		
RB Capital II FRR Crédito Privado (*)	25.597	23.329
Total	25.597	23.329

(*) Referem-se a aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e risco insignificante de mudança no valor e remuneração média de 8,73% ao ano.

5. Impostos a recuperar: O saldo é composto como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) a recuperar (i)	2.116	1.888
PIS e COFINS a recuperar (faturamento)	2.961	2.959
ISS pagamento indevido a maior	-	-
Total	5.077	4.847

Circulante **4.847**

Não circulante **5.077**

(i) A Companhia protocolou pedido de restituição de tributos federais por meio do sistema PER/DICOMP, referente a valores pagos a maior em períodos anteriores. O referido pedido encontra-se em análise pela Receita Federal do Brasil.

6. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS	68	9
Total	68	9

7. Contingências fiscais: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia é parte de um processo administrativo junto a SEFIS Santos referente a supostas infrações à legislação tributária do ISSQN cuja chance de perda é considerada provável de acordo com seus assessores jurídicos. O valor envolvido na ação é de R\$ 3.665. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não se encontra envolvida em outras demandas judiciais, as quais seus assessores jurídicos julgam com prognóstico de perda possível.

8. Patrimônio líquido - 8.1. Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 20.512 e está dividido em 420.000 ações ordinárias e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas na proporção a seguir.

	31/12/2025	31/12/2025
Sócios	Ações	%
RB Capital Salus Infraestrutura I – FIP	415.800	99,00
VLI S.A.	4.200	1,00
Total	420.000	100,00

8.2. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. De acordo com o previsto no artigo 189 da Lei nº 6.404/76, o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

9. Receita líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de contraprestação (*)	-	88.621
Impostos sobre a receita	-	(12.673)
Total	-	75.948

(*) Refere-se à tarifa cobrada das embarcações que transitam no Canal de Piaçaguera, devido ao desenvolvimento do projeto de investimento na área de infraestrutura portuária da dragagem e manutenção. A tarifa é fixada com base no volume de toneladas transitado.

10. Custos dos serviços prestados

	31/12/2025	31/12/2024
Custos com depreciação	-	(46.904)
Total	-	(46.904)

11. Despesas por natureza

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com taxas e emolumentos	(147)	(345)
Despesas com consultoria	(76)	(93)
Despesas com multas	(190)	(89)
Despesas com tributos	(3.665)	(444)
Total	(4.079)	(970)

Classificadas como

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas gerais e administrativas	(3.889)	(883)
Despesas tributárias	(190)	(87)
Total	(4.079)	(970)

12. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras:		
Recebimentos de aplicações financeiras	3.304	1.096
Outras receitas	273	33
Subtotal receitas financeiras	3.577	1.129

Despesas financeiras:

Juros remuneratórios e correção monetária das debêntures	-	(8.222)
Amortização dos custos de emissão de debêntures	-	(2.208)
IOF	-	(46)
Subtotal despesas financeiras	-	(10.476)
Total	3.577	(9.347)

13. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os

A DIRETORIA

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Roberson Ferreira - SP239476/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Roberson Ferreira - SP239476/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Roberson Ferreira - SP239476/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Roberson Ferreira - SP239476/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Roberson Ferreira - SP239476/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Roberson Ferreira - SP239476/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Roberson Ferreira - SP239476/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Roberson Ferreira - SP239476/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Roberson Ferreira - SP239476/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Roberson Ferreira - SP239476/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Roberson Ferreira - SP239476/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Roberson Ferreira - SP239476/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Roberson Ferreira - SP239476/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Roberson Ferreira - SP239476/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Roberson Ferreira - SP239476/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Roberson Ferreira - SP239476/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Roberson Ferreira - SP239476/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Roberson Ferreira - SP239476/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Roberson Ferreira - SP239476/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Roberson Ferreira - SP239476/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Roberson Ferreira - SP239476/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Roberson Ferreira - SP239476/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Roberson Ferreira - SP239476/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Roberson Ferreira - SP239476/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Roberson Ferreira - SP239476/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Roberson Ferreira - SP239476/0-0

implementação de novos projetos. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi elaborada de forma voluntária pela Companhia, sendo submetida aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais - R\$, exceto o resultado líquido básico e diluído por ação)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	9	-	75.948
Custo dos serviços prestados	10	-	(46.904)
Lucro bruto		-	29.044
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(3.889)	(883)
Despesas tributárias	11	(190)	(87)
Total		(4.079)	(970)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(4.079)	28.074
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	12	3.577	1.129
Despesas financeiras	12	-	(10.476)
Total		3.577	(9.347)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício	15	10.487
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	15	10.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

15. Resultado líquido básico por ação:

O resultado líquido básico por ação pode ser demonstrado conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício	15	10.488

Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na

apuração do prejuízo líquido básico por ação

420.000 420.000

Lucro por ação (em reais - R\$) **0,04** **24,97**

16. Reconciliação das despesas de IRPJ e CSLL: As